

# Editorial

---

## África: culturas, identidades, sociedades

---

Ana Paula Wagner <sup>1</sup>  
Eugénia Rodrigues <sup>2</sup>

Nos últimos anos, têm sido intensos os esforços de pesquisadores, instituições e fóruns de discussão para desenvolver no Brasil os estudos sobre África. Num diálogo interdisciplinar, investigadores e educadores têm vindo a construir as suas reflexões a partir de diversas perspectivas e sobre distintos aspectos das sociedades de África. Nesse contexto, é com satisfação que apresentamos o dossiê África: sociedades, culturas, identidades, que congrega trabalhos de autores oriundos do Brasil e de Portugal, com formação em distintas áreas do conhecimento, no caso, a História, a Antropologia, a Sociologia e os Estudos Literários.

A partir de diferentes metodologias e abordagens disciplinares, as pesquisas aqui apresentadas colocam em cena múltiplas dinâmicas políticas, económicas, sociais e culturais, vivenciadas em distintas temporalidades e em diversos países do continente africano, assim como discutem a pesquisa e o ensino sobre África no Brasil. Apesar de reflectirem a existência de uma África plural, os artigos aqui reunidos privilegiam a parte ocidental do continente, porventura aquela que pela sua dimensão atlântica suscita maior afinidade no Brasil e, conseqüentemente, um crescente interesse entre os académicos. A totalidade dos textos compartilha da perspectiva historiográfica que objetiva apreender as experiências africanas nas suas especificidades, resultando num olhar multifacetado e heterogéneo sobre vivências em África.

As dinâmicas atlânticas das sociedades africanas atingidas pelo tráfico de escravos têm constituído o objecto de renovadas investigações, que, não negligenciando o estudo do tráfico, assim como dos africanos e dos seus descendentes nas Américas, evidenciam, cada vez mais, as transformações ocorridas no continente africano e o integram na história do Atlântico. No caso da África Centro-Occidental, essa dimensão tem sido analisada, fundamentalmente, para os séculos XVIII

---

<sup>1</sup> Programa de Pós-graduação em História - UNICENTRO.

<sup>2</sup> Centro de História da Universidade de Lisboa - CH-UL (UID/HIS/04311/2013).

e XIX. Neste dossiê, dois textos exploram aspectos dessas transformações no século XVII, fornecendo importantes contributos para a compreensão das mudanças sociais em Angola e no Congo.

Em a Formação de uma cidade afro-atlântica: Luanda no século XVII, Arlindo Manuel Caldeira analisa a construção da sociedade de Luanda, desde a fundação da povoação, em 1575, até ao final do século XVII. Fundado para cumprir o objectivo de conquistar o reino de Angola, o burgo rapidamente ganhou o estatuto de importante porto do tráfico de seres humanos para a América. O autor mostra como a estruturação dessa sociedade estava ligada ao comércio escravagista, desde a constituição dos grupos de brancos, onde sobressaíam os moradores e os mercadores, aos escravos africanos, tanto os que, ocupando-se em diversos trabalhos, asseguravam os lucros dos seus senhores e o funcionamento da vida urbana, como os que transitavam pela cidade a caminho das Américas. Caracterizando os principais grupos emergentes em Luanda em decorrência da sua função no tráfico de escravizados, Arlindo Manuel Caldeira explora a ambiguidade e a diversidade das categorias sociais que foram sendo definidas para classificar novos actores, resultantes da interacção entre africanos e europeus. Evidenciando as formas de resistência dos africanos, principalmente dos escravos, o autor analisa, igualmente, as vias de acomodação cultural entre eles e os europeus, num processo de criouliização que envolveu a própria cidade. A cultura nascida do tráfico incorporou elementos não apenas europeus e africanos como também americanos, em resultado das dinâmicas atlânticas em que a cidade se inseria.

Não muito divergente da situação dos escravos luandenses era, afinal, a dos que dependiam da missão dos capuchinhos no Congo, que constituem o tema do estudo de Carlos Almeida, *Escravos da missão: o trabalho forçado entre os capuchinhos no Kongo*. O autor revê as interpretações historiográficas sobre o número e o estatuto dos “escravos da igreja” na missão dos capuchinhos, para concluir que, apesar da sublinhada flexibilidade da inserção das casas desses religiosos no Congo, o trabalho escravo era mais relevante do que o comumente admitido pelos estudiosos. Isso mesmo é evidenciado pelos distintos instrumentos usados pelos capuchinhos para aumentar o número dos seus escravos, assim como pela relevância das múltiplas tarefas que eles desempenhavam. Com efeito, o trabalho desses escravos nas missões desdobrava-se em várias funções, desde as domésticas, as agrícolas, as de transporte de pessoas e mercadorias até às religiosas, estas particularmente entendidas como fundamentais para o sucesso da actividade dos missionários. Essa importância também é enfatizada pelo recurso a meios de coerção pelos religiosos, a que os escravos opunham variadas formas de resistência. De facto, apesar das suas especificidades, as relações escravagistas nas missões dos capuchinhos eram caracterizadas, como em toda a parte, pela violência, a que a dispersão dos núcleos religiosos e as formas de oposição dos escravos impunham limites.

A expansão europeia não acarretou apenas a mobilidade forçada ou voluntária de milhões de pessoas de e para África, com as conseqüentes transformações nas sociedades dos dois lados do Atlântico. A expansão europeia e o colonialismo imposto por países da Europa em diversas partes do mundo também aceleraram processos de transferência e circulação de ideias, instituições, objectos,

saberes e práticas a uma escala global. Uns e outros serviram, não raro, de mecanismos para colonizar os territórios e os povos africanos, e de outros continentes, mas alguns deles também foram, em maior ou menor grau, adotados e recriados pelos africanos, que os usaram como instrumentos de resistência ao colonialismo. Os artigos da segunda parte deste dossiê abordam diversos aspectos dessas circulações em África, explorando o modo como ideias e saberes foram transportados para o continente, ao serviço dos colonizadores, enquanto parte deles, nas mãos dos africanos, foram empunhados para enfrentar o colonialismo e definir novas identidades.

De entre as ideias e instituições que transpuseram continentes com a expansão colonial europeia, as religiosas foram, certamente, das mais relevantes, sendo possível discernir elos fortes entre a religião e a política. Em *As dimensões políticas das religiosidades em São Tomé e Príncipe*, Augusto Nascimento analisa a evolução das expressões religiosas em São Tomé e Príncipe, entre o colonialismo do regime ditatorial do Estado Novo português (1926-1974) e o presente, um tema muito pouco visitado, desde os estudos iniciados pelo malogrado Paulo Valverde. O autor mostra como as práticas religiosas no arquipélago estiveram estreitamente imbricadas com as condicionantes dos regimes políticos. O multissecular cristianismo católico, poderosamente marcado pela hegemonia colonial, mas assumindo configurações próprias em São Tomé e Príncipe, sobreviveu às tentativas de erradicação intentadas, após a independência do país, pelo socialismo do regime de partido único, para, depois da liberalização política, iniciada em 1990, se encontrar, no presente, em retracção, perante uma maior diversificação de credos religiosos, sobretudo de inspiração protestante. Nesse percurso, o autor sublinha como as práticas religiosas locais questionadas pelo normativismo católico constituem expressões de religiosidade dos santomenses. Ao mesmo tempo, tenta entender como as recentes movimentações do cenário religioso, com novas igrejas e um crescente protagonismo dos crentes, se relacionam com a recomposição dos laços sociais e políticos. Argumentando que são “multiformes os liames das religiões com as políticas”, o autor indaga sobre os possíveis efeitos desse novo quadro religioso sobre o campo político.

A religião surgiu, em diversos momentos da história, profundamente imbricada com as ideias de escatologia, milenarismo e utopia, como mostra Kelly Mendes Lima, em *Percursos da Utopia: da Europa a África*. Discutindo a trajetória dessas ideias desde o continente europeu e até ao africano, a autora examina os modos como elas foram apropriadas e refeitas pelos africanos para enfrentarem os colonialismos europeus. Na sua análise, examina as articulações entre os messianismos cristãos e a criação de igrejas africanas independentes, Kimbanguista e Tocoista, fundadas na primeira metade do século XX, no Baixo Congo e em Angola, respectivamente. Reinterpretando os textos cristãos, essas igrejas buscavam formas de protesto contra o colonialismo, pregando a chegada de um novo milénio, “um novo tempo em que os africanos se veriam livres novamente”, enquanto corporizavam dinâmicas importantes para a formação dos nacionalismos e dos movimentos independentistas. Finalmente, a autora discute como as novas utopias inspiradas nas teorias marxistas-leninistas, por vezes combinando-se com as anteriores expressões religiosas, forneceram o quadro ideológico que orientou

as lutas de libertação nacional e a independência de Angola. Tais ideias tiveram uma expressão privilegiada na produção literária, ela própria um campo de formulação das novas utopias em ligação com os movimentos políticos, de modo a etiquetar uma geração de angolanos.

Nessa “geração da utopia”, como lhe chamou o escritor angolano Pepetela e lembra Kelly Mendes de Lima, incluía-se Uanhenga Xitu, o pseudónimo literário de Agostinho André Mendes de Carvalho. Uma das suas obras mais marcantes, *O mestre Tamoda*, é analisada por Ubiratã Souza, numa perspectiva comparativa com um conto do escritor brasileiro Afonso Henriques de Lima Barreto, no artigo *Comparando Uanhenga Xitu e Lima Barreto: cisões estéticas e sociais*. Através da análise dos personagens desses contos, o colonizado Tamoda, na Angola do final do colonialismo, e o miserável Castelo, na República Velha do Brasil do ocaso do século XIX, o autor enfatiza as semelhanças nas estratégias estético-literárias de ambas as obras. Atentas as reduzidas possibilidades de mobilidade ascendente nessas sociedades, tais personagens apropriaram-se de saberes vazios, e exógenos, para buscar a ascensão social e o prestígio. Tamoda, o “dicionarista”, torna-se o “mestre”, supostamente fluente no português do colonizador, acabando por reinventar essa língua na sanzala angolana, sem conseguir a almejada subida social. Castelo, também frequentando o dicionário, exhibe um pretenso domínio do japonês, um recurso que o autor relaciona com a cultura do bacharelismo no Brasil, para alcançar o desejado passe para a mobilidade social. Em tempos diferentes, mas em sociedades fortemente marcadas pela desigualdade, Tamoda e Castelo recorrem ao embuste e à simulação como armas para a ascensão social. A análise de estratégias discursivas semelhantes em obras do mesmo contexto linguístico, argumenta Ubiratã Souza, pode sustentar o diálogo entre as literaturas e histórias de Angola e do Brasil.

O diálogo entre o Brasil e a África tem sido renovado pelo aprofundamento das investigações e do ensino em torno do continente africano, desde a Lei nº 10.639, de 9 de Janeiro de 2003. É sobre o processo de investigação e ensino sobre África no Brasil, ainda em estruturação, que discorre a última parte deste dossiê. Essa recente, conquanto com raízes mais antigas, “corrida a África” é analisada por Lorenzo Macagno, em *Estudos africanos no Brasil: uma questão de afinidades eletivas?* Convidando os leitores a entenderem o contexto institucional e político dos “estudos africanos” no Brasil, o artigo traz um instigante debate sobre as ambiguidades em torno de tal rótulo e dos usos identitários da África no Brasil. A partir de uma perspectiva da antropologia, o autor enfatiza os equívocos em torno do significante África e as tensões entre os estudos afro-brasileiros e os estudos africanos, ou, como lhes chama, as “compatibilidades equívocas”. A recente viragem africanista no Brasil emergiu, no seu entender, articulada com processos identitários assentes num “retorno tardio à África”, imbuído de uma “gramática naciocêntrica”. É essa ambiguidade acerca de África, presente na imaginação nacional do Brasil, que o autor convida a abandonar, a favor das “afinidades eletivas” em torno de uma proposta intelectual focada nos “estudos sobre África”. Esta perspectiva permite também, no seu entender, superar classificações apriorísticas, elas próprias desafiadas pelos objectos de estudo, que resistem a ser subsumidos em áreas culturais, como o “africanismo”. Ainda que timidamente, esta mudança de rumo,

conclui o autor, parece estar a emergir, considerando o crescente número de teses de ciências sociais no Brasil focadas em África e resultantes de estágios de investigação em países africanos.

Tais mudanças dependem bastante das opções de vários actores, entre os quais as instituições de ensino. Paulino de Jesus Francisco Cardoso, Ana Júlia Pacheco e Carol Lima de Carvalho, em *História da África no ensino superior de Santa Catarina: uma aproximação*, avaliam como está a ser ensinada a História de África nas instituições de ensino superior de Santa Catarina, no contexto de uma pesquisa mais ampla desenvolvida pelo Núcleo de Estudos Afro-brasileiros, vinculado à Universidade Estadual de Santa Catarina. Neste artigo, os autores centram-se no exame dos Projetos Políticos Pedagógicos (PPPs) dos Cursos de História das instituições de ensino do estado, abrangendo universidades públicas, comunitárias e particulares. O seu objectivo é identificar a presença da disciplina de História da África na estrutura curricular dos PPPs, partindo da análise dos aspectos normativos que orientam os PPPs, das concepções metodológicas neles inscritas, das metas e objetivos dos cursos, assim como das suas conexões com o que determina a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), modificada pela Lei Federal 10.639 de 2003. Os autores concluem que a maioria dos cursos de História dessas instituições, pelo menos nos seus PPPs, possui a disciplina de História da África ou outras similares, cumprindo a legislação vigente. Sustentam, no entanto, que há necessidade de aperfeiçoar a produção de indicadores que permitam acompanhar a implantação, de facto, do ensino da História de África, da Cultura Africana e da Diáspora e a qualidade dos conteúdos ministrados.

Na investigação e no ensino sobre África é fundamental conhecer a produção dos próprios cientistas sociais africanos, que, como sublinhado no artigo de Lorenzo Macagno, são muito menos conhecidos no Brasil do que os escritores. O mesmo constata Michelle Cirne em *Teoria, metodologia e política no fazer dos intelectuais africanos*, um ensaio que encerra este dossiê. A autora explora os debates nos quais alguns dos principais cientistas sociais africanos refletem sobre a sua própria produção, procurando um caminho entre uma epistemologia africana e a interlocução com o conhecimento produzido noutras partes do mundo. Seguindo uma abordagem antropológica, Michelle Cirne apresenta uma pesquisa em andamento sobre a produção dos intelectuais africanos, desenvolvida no contexto do CODESRIA (Conselho para o Desenvolvimento da Pesquisa em Ciências Sociais em África), uma organização que visa promover a pesquisa em África e assegurar a liberdade intelectual dos seus cientistas sociais, uma denominação lata que, seguindo essa instituição, inclui áreas como a história e a economia. Este texto traz para o público brasileiro algumas das discussões actuais que preocupam esses intelectuais, e o contexto institucional em que se desenvolvem, em torno da questão fundamental: que “África(s)’ estão inventando para si, para seus conterrâneos e para o mundo os cientistas sociais africanos?”

Cabe-nos lamentar não termos conseguido incluir neste dossiê a perspectiva de cientistas sociais africanos, esperando que o aprofundamento da interlocução o permita futuramente. Finalmente, queremos agradecer a todos os autores que, a convite ou respondendo à chamada lançada

pela Tempo, Espaço e Linguagem, aceitaram submeter os seus trabalhos para integrar este dossiê temático. Este agradecimento dirige-se tanto àqueles cujos textos são agora publicados, quanto àqueles cujos artigos não foi possível integrar nesta colecção. Sem o trabalho de todos não teria sido possível constituir este dossiê.